

## Nesta edição

- China assina primeiro acordo comercial com Taiwan ..... Pág 01
- O *turning point* do capitalismo chinês ..... Pág 02
- China investe mais de US\$ 20 bilhões em infraestrutura e recursos naturais na África ..... Pág 04
- Série de artigos da *Dragonomics* sobre precificação do minério de ferro ..... Pág 05
- PricewaterhouseCoopers analisa aspectos do sistema de tributação chinês ..... Pág 07
- Banco Agrícola da China atinge maior IPO chinês finalizando etapa da reforma do sistema bancário ..... Pág 10

## Curtas

- China supera Japão e passa a ser segunda economia do mundo em 2010 ..... Pág 11
- China investe US\$ 10 bilhões no setor ferroviário argentino ..... Pág 12
- China e Austrália definem pacote de acordos no valor de US\$ 8,8 bilhões ..... Pág 12
- Ministério do Comércio chinês aplica medidas *antidumping* a produtos de aço e ferro da União Europeia ..... Pág 13

[Veja demais curtas](#)

Relacionamento bilateral

## China assina primeiro acordo comercial com Taiwan

Após longas negociações, os governos chinês e taiwanês assinaram o primeiro acordo comercial entre as partes, na cidade de Chongqing na China, em junho deste ano. O acordo é resultado de um intenso processo de reaproximação empreendido por Taiwan desde que Ma Ying-Jeou assumiu a presidência, em maio de 2008, e é considerado por alguns analistas como um dos acordos mais importantes assinados entre os países desde a tomada da China continental pelo Partido Comunista. Intitulado *Economic Cooperation Framework Agreement* (ECFA), o arranjo deixa de lado propositalmente pontos sensíveis para ambas as partes e tende em grande parte a favorecer Taiwan, revelando que o mesmo possui maior peso simbólico do que econômico para o governo chinês. Apesar de protestos da população, o parlamento de Taiwan já aprovou o acordo.

O ECFA abrange os setores de comércio, serviços, investimentos e industrial, apresentando uma lista de produtos que terão tarifas especiais. A China irá reduzir as tarifas de 539 produtos taiwaneses, no valor de US\$ 13,8 bilhões, enquanto Taiwan irá reduzir as tarifas de 267 produtos chineses, no valor de US\$ 2,8 bilhões. A discrepância no valor reduzido é destacada pelo Primeiro ministro chinês, Wen Jiabao, que prometeu que "Taiwan iria se beneficiar mais do acordo do que o continente".

[Leia mais](#)

[Carta da China 47](#)  
[Carta da China 49](#)



Reduções tarifárias em outros setores como petroquímico, têxtil, de máquinas e de automóveis serão realizadas progressivamente em três estágios durante dois anos até atingirem tarifas zero. Alguns produtos ficaram fora da lista de reduções e isenção, como o PVC, um dos itens mais importantes da pauta de exportações taiwanesa. Todavia, temas considerados sensíveis por Taiwan, como mão de obra e agricultura, foram igualmente ignorados no pacto.

Ainda, no que diz respeito a uma das principais preocupações de Taiwan, investimentos no setor financeiro, o acordo acabou por apresentar cláusulas desproporcionais: enquanto os chineses só podem comprar 5% das empresas de Taiwan, os taiwaneses podem adquirir 20% das instituições chinesas - considerando que boa parte dos bancos chineses são estatais, havia o receio de que a iniciativa, além de intensificar os laços econômicos, promovesse controle político sobre Taiwan.

A China é hoje o maior parceiro comercial de Taiwan e o ECFA pode representar a porta de entrada para os taiwaneses em uma série de outros tratados com países asiáticos, tornando suas exportações mais competitivas na região. Embora a oposição política seja forte e Ma Ying-Jeou seja tido por muitos como um aliado chinês que não vê os possíveis riscos de uma aproximação econômica para a esfera política, estima-se que o aumento do PIB de Taiwan após os acordos seja de até 2% e que 263.000 empregos sejam criados. Se por um lado o acordo beneficia economicamente Taiwan, que tem passado por sérias dificuldades econômicas desde a crise financeira, os benefícios para a China podem ser analisados por outro ponto de vista. É importante destacar que é a primeira vez em anos que Taiwan e China estão conseguindo dialogar e levar os planos de aproximação adiante, objetivo importante da política externa chinesa que nega a existência de Taiwan como um país independente. Ademais, a aproximação com Taiwan também se insere em um escopo maior de interação comercial chinesa com seus vizinhos - a China finalizou no início de 2010 a implementação do acordo de livre comércio com os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Nesse contexto, o governo chinês tem atendido uma de suas metas mais relevantes, a da construção e manutenção de um entorno regional mais próximo e menos hostil à ascensão chinesa. ■

Artigo especial

## **O turning point do capitalismo chinês**

Isabela Nogueira de Morais<sup>1</sup>

Há algo de estrutural acontecendo no capitalismo chinês. Foram dois meses de ondas de greves, com paralisações em fábricas da Honda, Toyota, Mitsumi e Merry (além de seus fornecedores), o que inclui algumas das principais cidades industriais do sudeste (Guangzhou e Zhongshan), nordeste (Tianjin) e centro (Wuhan) da China. O balanço dos resultados impressiona: na maior parte das fábricas paralisadas, os aumentos salariais ficaram entre 15% e 25% (chegaram a 33% na fábrica da Foxconn em Shenzhen, onde, ao invés de greves, houve episódios de suicídio entre trabalhadores). Também os salários mínimos de cidades e províncias chinesas subiram acima da média dos anos anteriores (20% em Pequim, de RMB 800 para RMB 960 por mês). Em um país com previsão de inflação de 3% para o ano, os aumentos sugerem um ganho (no mínimo) substantivo de poder dos trabalhadores na determinação salarial.

Salários em alta não estão fora do plano de desenvolvimento chinês e nem são uma novidade. Ao contrário. Eles compõem muito bem com as mudanças mais recentes e estão em linha com a tendência dos últimos anos. Em primeiro lugar, a (lenta) caminhada em direção à valorização do yuan, iniciada em maio, acoplada à promessa de aumento do consumo interno na composição do PIB, dependem do aumento da renda para se sustentarem. Segundo, e sob idêntico raciocínio, o pacote de estímulo pós-crise para reduzir a dependência das exportações e alavancar a demanda do interior terá resultados mais robustos com o concomitante aumento acelerado dos salários. Por fim, o slogan da década propagandeado pelo governo chinês de construção de uma "sociedade harmoniosa", com redução das desigualdades sociais e desenvolvimento equilibrado, com maior respeito aos trabalhadores migrantes e outros extratos menos favorecidos, implica em aumento da fatia dos salários na formação do PIB.



Já faz quase uma década (desde 2001) que o crescimento anual nominal dos salários na economia fica acima dos dois dígitos. Isso foi suficiente para fazer com que em cinco anos (entre 2004 e 2008) o crescimento real (já descontada a inflação) chegasse a 100%, fazendo com que os salários totais da economia saíssem de RMB 1,47 trilhão para RMB 3,37 trilhões nos mesmos cinco anos. O ponto crítico tem sido o desequilíbrio nesse crescimento, com consequente piora na distribuição funcional e pessoal da renda nas últimas duas décadas. Também entre 2004 e 2008, a média dos salários na manufatura cresceu mais lentamente do que a média nacional, entre 5% e 10% ao ano. Mas acelerou no ano passado, apesar da crise, e deve disparar em 2010.

**Movimento trabalhista** – As greves levantaram, na imprensa ocidental, o debate sobre a emergência de um movimento trabalhista organizado na China, que venha a fazer pressões periódicas sobre empresas e governo nas disputas salariais. De fato, as greves não foram, em nenhum dos casos, organizadas pela All-China Federation of Trade Unions (ACFTU), o monopólio do sindicalismo no país. Controlada pelo Partido Comunista, a ACFTU tem 1,7 milhão de unidades de representações em empresas e municípios, e tenta, ao mesmo tempo, proteger direitos dos trabalhadores e garantir o controle do Partido sobre o movimento trabalhista. Desvinculados do sindicalismo chapa-branca, os grevistas desenvolveram organizações próprias e foram para as negociações coletivas com representações diretas, durante as quais qualificavam os representantes da ACFTU presentes de “desnecessários” e “traidores”.

Ainda que a polícia tenha acompanhado de perto as greves e que os choques localizados tenham acontecido, Pequim não acionou seus mecanismos mais pesados de coerção social e também não agiu para impedir a organização autônoma dos trabalhadores. Em meio às greves, o jornal do Partido Comunista, *People's Daily*, na versão em chinês, diz que o modelo econômico chinês está em fase de transição. E destaca a defesa que o primeiro-ministro Wen Jiabao teria feito a um grupo de migrantes em Pequim: “trabalhadores migrantes devem ser cuidados, protegidos e respeitados”.

**De volta ao passado** – Há quem queira explicar as greves exclusivamente pelo lado da oferta de trabalho – e, por isso, a preocupação com a demografia. O censo norte-americano projeta que a população em idade de trabalho continuará crescendo até 2015, saindo de 977 milhões em 2010 para 993 milhões daqui cinco anos. No entanto, entre 15 e 24 anos, o número de pessoas ingressando no mercado de trabalho, segundo a mesma fonte, vai cair em 30% nos próximos dez anos em função do controle de natalidade.

A chave para os aumentos salariais recentes, no entanto, está menos na demografia e mais na trajetória de desenvolvimento estrutural do país. A China nunca figurou um caso clássico de export-led growth – da mesma forma como seu crescimento nunca foi um simples produto da vontade das multinacionais de empregar mão de obra barata para exportar quinquilharias. Ao lado da manufatura intensiva em mão de obra barata – uma parte substantiva criada sem investimento externo –, o Estado promoveu um Himalaia de investimentos em infraestrutura e urbanização, organizou uma radical transformação no universo rural (tanto na produção agrícola quanto via industrialização), deu condições para o florescimento da iniciativa privada concomitante ao fortalecimento das estatais nos setores estratégicos e garantiu educação secundária a todos em idade. Com isso, a produtividade da economia avançou rapidamente, ainda que com ilhas de modernidade convivendo com o atraso do subdesenvolvimento. O processo não foi linear e há inúmeras idas e vindas na trajetória, junto com uma lista respeitável de imperfeições. De toda forma, trata-se de transformações estruturais que trouxeram aumento paulatino da renda de todos os extratos sociais ao longo das últimas três décadas (de maneira cada vez mais desigual, note-se) e que permitem hoje que os trabalhadores das indústrias mais intensivas em capital (como a automotiva) se levantem contra jornadas intensas de trabalho e baixas remunerações.

É mito que o desenvolvimento chinês esteja ameaçado pelos aumentos salariais. Muitas fábricas intensivas em mão de obra vão intensificar seu processo de migração para o oeste da China e, crescentemente, para o sudeste da Ásia, em especial para o Vietnã, a nova menina dos olhos das multinacionais em busca de custos trabalhistas mais baixos. Enquanto isso, o capitalismo chinês deve seguir sua trajetória de agregação de valor na indústria, tentativa de aumento da fatia do consumo interno na formação do PIB e promessa de reequilíbrio na estratificação social. ■



Investimentos

## China investe mais de US\$ 20 bilhões em infraestrutura e recursos naturais na África

A China assinou uma série de acordos estratégicos com o continente africano nos últimos três meses, envolvendo os setores de infraestrutura e recursos naturais. O primeiro negócio foi firmado para construção de uma refinaria em Lagos, na Nigéria, no valor de US\$ 8 bilhões. O acordo é um desdobramento do Memorando de Entendimento assinado entre os dois países em maio deste ano, no valor de US\$ 23 bilhões, para construção de três refinarias e um complexo petroquímico na Nigéria. A empresa chinesa, China State Construction Engineering Corporation, garantiu sua participação no projeto firmando uma parceria com o governo de Lagos e com a Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC), e contribuindo com 80% do capital. A nova refinaria terá capacidade produtiva de 300.000 barris diários e 500.000 toneladas métricas de gás liquefeito do petróleo. O país africano é um dos maiores produtores mundiais de petróleo e membro da OPEP, porém sofre com falta de combustível e energia devido ao mau funcionamento de suas refinarias e à corrupção local.

Visando garantir seu abastecimento, a China fechou mais três projetos em recursos naturais no continente africano. O Shandong Iron and Steel Group se comprometeu com o financiamento de US\$ 1,5 bilhão para exploração de minério de ferro em Serra Leoa. A African Minerals é a empresa africana parceira no negócio e detentora da principal mina em Tonkolili. O financiamento será destinado à construção da mina, da linha de trem e de toda infraestrutura portuária do projeto. Em troca, o Shandong Iron and Steel Group obterá 25% de participação nessa mina e em mais duas outras filiais da African Minerals, além do abastecimento a longo prazo de 10 milhões de toneladas de minério de ferro a 15% abaixo do preço no benchmark. Já Wuhan Iron and Steel gastará US\$ 200 milhões na aquisição de 8% de Riversdale, empresa australiana que explora campos de carvão em Tete, Moçambique. Somando-se a este investimento, a Wuhan destinará US\$ 800 milhões para a reserva de carvão de Zambeze, também em Moçambique. A empresa chinesa comprará cerca de 40% do carvão produzido em Zambeze e terá o direito de adquirir pelo menos 10% do que for produzido no projeto vizinho de Benga. Por fim, o terceiro projeto será realizado pela Bonsai Minerals Group, num investimento de US\$ 1,2 bilhão na construção de uma siderúrgica em Gana. A cifra será destinada à Ghana Bauxite Co., empresa na qual a Bonsai possui 80% de participação.

No que tange ao setor de infraestrutura, o Export-Import Bank of China se comprometeu a fornecer US\$ 65 milhões para construção do terminal doméstico do aeroporto de Maputo, em Moçambique. O banco atualmente já financia a reforma do terminal internacional, além de diversos outros projetos no país, como a construção do Estádio Nacional de futebol, dos edifícios da Procuradoria-Geral da República em Maputo, de quatro escolas em zonas rurais, de um centro de tecnologias agrícolas chinesas e de 150 casas sociais no bairro do Zimpeto, sendo esse último estimado em US\$ 4,4 milhões. Ainda, o Export-Import Bank disponibilizará US\$ 10,4 bilhões para o desenvolvimento de projetos em infraestrutura de transportes e energia em Gana, acordo feito pouco tempo depois do China Development Bank anunciar um empréstimo de US\$ 3 bilhões para o governo ganês a fim de desenvolver o setor energético.

Além dos investimentos já apresentados, companhias e organizações chinesas e sul-africanas assinaram um total de doze acordos em um fórum de negócios em agosto, abarcando diversos setores da economia. Os documentos não somente incluíram projetos em mineração e energia solar, mas também em telecomunicações, seguros, e finanças – como o empréstimo de US\$ 300 milhões do China Development Bank para a Cell C, companhia sul-africana de telefonia.

Seguindo a tendência apresentada no início do ano, os investimentos chineses na África continuam crescendo vertiginosamente. A busca chinesa por recursos naturais vai ao encontro das necessidades de desenvolvimento da infraestrutura da região, representando inúmeras oportunidades para atuação de empresas chinesas, que consolidam parcerias com governos locais. ■



Metals Man

## Death of the annual mating ritual

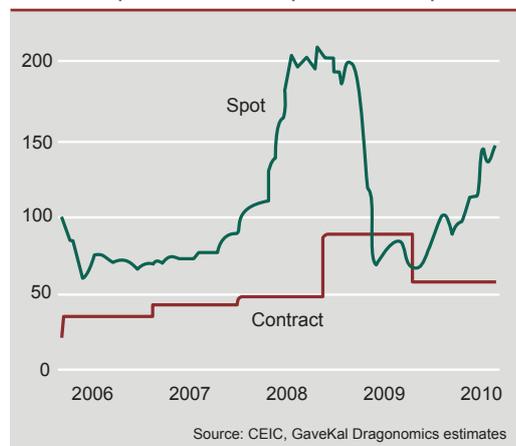
By Michael Komesaroff<sup>2</sup>

On April 1, Rio Tinto, BHP Billiton and Vale introduced quarterly pricing of iron ore, scrapping the 40-year-old benchmark system of annual contracts. Prices under the new system will rise or fall every quarter according to the weighted average delivered price of iron ore to north Asia.

For the past 40 years, most of the world's iron ore was traded under prices agreed annually between miners and steel makers. Known as benchmark pricing, the system emerged when the post-World War II reindustrialization of Japan created a then unprecedented demand for steel. Hammered out during an acrimonious process known as the "annual mating ritual," the price agreed between iron ore miners and Japanese steel mills was a benchmark against which all suppliers sold their ore to Asian mills. For years, Japanese steel makers' dominant position in the market allowed them to keep iron ore prices low, and iron ore miners had no incentive to invest in new capacity. But as the huge rise in Chinese imports of iron ore over the past decade rapidly eroded limited surplus mine capacity, pricing power flipped from the steel mills to the miners. That shift in market power ultimately contributed to the collapse of benchmark pricing.

### Spot the difference

Iron ore spot vs contract prices, US\$ per ton



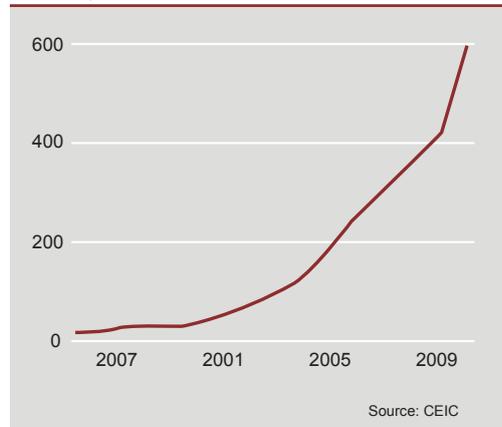
### Out with the old...

Chinese steel makers did not formally participate in the benchmark pricing process until 2007 when Baosteel, China's biggest steel maker, reached an agreement with the mines ahead of their Japanese peers. In 2008, the Chinese mills were forced to follow the Japanese after ham-fisted lobbying by the China Iron and Steel Association stalled negotiations. In 2009, Chinese steel makers refused to accept the Japanese negotiated benchmark, which they said was too high. With global steel demand collapsing thanks to the global economic slump, the spot price for iron ore fell below the benchmark for the first time. Chinese mills abrogated their benchmark contracts in favor of purchasing what, for a short period, was cheaper spot ore.

In retrospect, the traditional contract system had been doomed for several years. Until 2000, all but a small proportion of China's iron ore imports were supplied under annual negotiated contracts. But as China's steel production exploded, the traditional suppliers were unable to keep up with demand. This opened the way for new entrants, primarily from India, to supply the deficit on a spot basis, with prices negotiated prior to each shipment. The rise of the spot market, which consistently traded at a large premium to benchmark iron ore, encouraged the big suppliers in Australia and Brazil to seek massive annual price increases and to shift more of their sales to flexible pricing. BHP Billiton was the first to complain that it was no longer appropriate to sell against annually agreed prices which, in a rapidly rising market, were obsolete almost as soon as they were concluded. Together with its main rivals, Rio Tinto and Vale, the Australian mining giant began to shift a growing proportion of production to the spot market – further confirmation that annual pricing was no longer sustainable.

### Hungry mills

Iron imports, m tons



The benchmark system also created damaging market distortions in China's steel industry. Since only large state-owned steel mills were allowed to import iron ore at the benchmark price, the big mills were able to exploit this privileged position by on-selling to their smaller rivals at a significant mark-up. In 2007-08 the difference in price exceeded US\$ 100 per ton, providing fat profits for the state champions. The arbitrage was large enough to encourage small mills to deal directly – and illegally, under China's law – with the mining companies. As the recent trial and conviction of four Rio Tinto employees in Shanghai showed, this inevitably bred widespread corruption, with small mills bribing mining company employees to supply them with ore at benchmark prices. The public exposure of this widespread practice was the final nail in the coffin of the contract system.

### ... in with the new

Chinese protests over the death of the benchmark pricing system have been surprisingly muted. The China Iron and Steel Association accused the foreign suppliers of colluding to exploit Chinese mills, but an official at the Ministry of Industry and Information Technology described the benchmark pricing system as "opaque and unhealthy." There is clear support within the government for rooting out corruption and introducing a more transparent and flexible pricing mechanism. In any case, China's dependence on imported ore for more than 60% of its pig iron production makes belligerent calls to boycott foreign imports unrealistic. Moreover, Beijing's reluctance to aggravate trade tensions means that a reported investigation of alleged monopoly abuse by the three mining giants is unlikely.

The immediate beneficiaries of the new quarterly pricing arrangement are the mining companies. The losers are the big Chinese steel mills, which will no longer be able to generate huge profits by selling surplus ore to their smaller rivals at much higher spot prices. Chinese mills will have to adapt to the volatility of flexible pricing, which could pose a risk for companies tempted to speculate on future price changes. But the new system will also bring two major benefits to China's steel industry. First, by eliminating the possibility of exploiting arbitrage, the new pricing mechanism will reduce corruption in an industry that is notoriously dishonest. Second, by merging the annual benchmark and spot prices into a single transparent price, the mining companies no longer have an incentive to supply the small mills. This should aid Beijing in its troublesome quest to rationalize its steel industry. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory ([www.dragonomics.net](http://www.dragonomics.net)) publicado em 04.06.2010. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados.

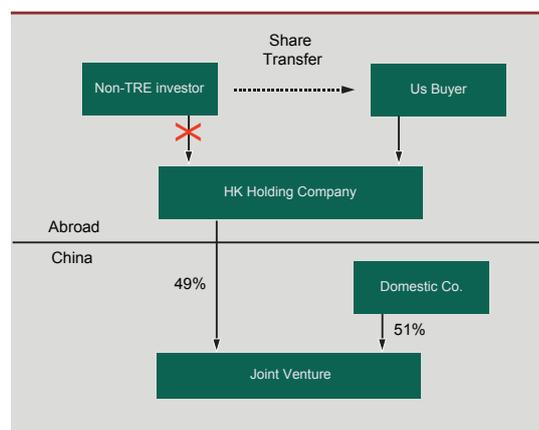
## China's Anti-tax Avoidance Effort against Overseas Indirect Equity Transfer Swings into Action

On December 10, 2009, the State Administration of Taxation ("SAT") released Circular 698, requiring foreign investors (i.e., non-Chinese tax resident enterprises, or "Non-TREs") to report indirect transfers of a Chinese company equity. On June 8, 2010, a real-life case of indirect transfer was posted on the official website of a local-level state tax bureau in Jiangdu ("Jiangdu STB"). The case, decided in the province of Jiangsu, became known as the "Jiangsu Case".

### Key facts of the Jiangdu Case

- In 2007, the non-TRE investor (a renowned US-based investment fund), through its wholly owned Hong Kong intermediate holding company, acquired 49% shareholding in a Chinese domestic company, which then became a joint venture ("JV");
- In early 2009, in the course of normal tax administration of the JV, the Jiangdu STB learned that the non-TRE investor might indirectly transfer its equity participation in the JV;
- In January 2010, the non-TRE investor transferred the JV to a US Buyer by disposing its shares in the Hong Kong intermediate holding company;
- The Jiangdu STB claimed that this transaction was, in substance, an indirect transfer of the shares of the JV and, thus, should be subject to withholding tax in China;
- After several rounds of negotiations, the non-TRE investor agreed to file a tax return and paid Chinese tax amounting to RMB 173 million (roughly USD 26 million) in May 2010.

The holding structure and the indirect transfer transaction may be illustrated as follows:



Reporting obligations and detection by the Chinese tax authorities via various sources of information.

In the Jiangdu Case, the non-TRE did not voluntarily report the transfer of the Hong Kong intermediate holding company as required by Circular 698. Instead, the Chinese tax authorities learned of the indirect transfer when the Jiangdu STB carried out normal administrative procedures for the Chinese JV. Additionally, the Jiangdu STB found a public announcement on the US Buyer's website which mentioned the completion of the JV's acquisition in China.

This suggests that reporting an indirect transfer is not a prerequisite for applying the general anti-avoidance rule. In fact, even if the non-TRE investors do not report the indirect transfers, the Chinese tax authorities may still detect it and invoke the general anti-avoidance rules, where applicable.

### Assessment of "Substance" and "Commercial Purpose"

In the assessment of an indirect transfer, the Chinese tax authorities would examine the key factors of "commercial purpose" and "substance" when determining whether to invoke the general anti-avoidance rules.

In the Jiangdu Case, the Jiangdu STB found that the Hong Kong intermediate holding company had no employees, assets (other than the investment in the JV), liabilities, and no other investments or other business. Thus, the Jiangdu STB determined that the Hong Kong company was a special purpose vehicle without substance and its creation and subsequent



disposal was for the purpose of avoiding Chinese taxation on any capital gains generated. Also, when analyzing the announcement of the acquisition of the JV in the website of the US Buyer, the Jiangdu STB noticed that the announcement provided detailed information about the JV, but did not mention that the Hong Kong intermediate holding company was acquired in the transaction. Therefore, the Jiangdu STB regarded this as strong evidence that the transaction, in nature, was conducted solely for the transfer of the JV's equity.

### **Conclusion**

Interposing offshore Special Purpose Vehicles in low-tax jurisdictions is a common investment holding structure for multinational's investments in China, in particular, international investment funds. Yet, the Jiangdu Case sets an important precedent to non-TRE investors and may be considered a signal that the Chinese tax authorities are more actively approaching how they detect indirect transfers.

### **High-income earners targeted for stricter Chinese individual income tax administration**

China's State Administration of Taxation ("SAT") has recently issued a new circular (Circular 54) focused on high-income earners. As revealed in Circular 54, this move is in response to the growing income gap in China and it demonstrates that taxation is now used as a mean to adjust the discrepancy of income distribution. Although it sounds that Circular 54 is not aimed to heighten the Individual Income Tax ("IIT") collection, it will inevitably affect the high-income earners' tax exposures.

Mainly, Circular 54 urges Chinese local-level tax bureaus to strengthen their IIT administration on high-income earners through four areas of focus, described in the following paragraphs.

#### **Improvement of quality of information collection on high-income earners**

Circular 54 re-emphasizes that the detailed withholding reporting (全员全额扣缴明细申报) should cover all types of income, including salaries, independent service fee, etc. paid by a withholding agent to its employees or independent service providers/contractors, so as to put more reliance on the withholding mechanism at the source of income. It also puts emphasis in that it is an individual's obligation to file an annual self-reporting in case of annual income of RMB120,000 (USD 18,000) or more.

Tax authorities also made clear, through Circular 54, that local-level tax bureaus should coordinate with other government authorities (such as the Administration of Industry and Commerce, the Social Security Bureau, etc.) to collect and share the income information for annual self-reporting purposes. After several years of experience in implementing the detailed withholding reporting as well as the annual self-reporting, the Chinese local-level tax bureaus have built up their income bench-marking databases and the new circular requests that they further improve the quality of income information collection, data matching, and bench-marking by leveraging various sources of income information.

#### **Focus on main income items of high-income earners**

Circular 54 identifies the following types of income as areas of focus for IIT administration purpose:

- Gains on the transfer of assets including restricted stocks, equity interest in non-listed companies, real properties as well as auction income;
- Dividends and interest income. In particular, if a company converts retained earnings, surplus reserves, and capital reserves (other than stock premium) to increase paid-in capital, the individual shareholders shall be subject to IIT on such capital increment as dividend income;



- Business income derived by large-scale sole proprietorship enterprises, partnership enterprises, and individual industrial and commercial households;
- Remuneration for personal services, salaries and allowances;
- Income derived by foreign individuals. In particular, Circular 54 requests local-level tax bureaus to improve information exchange with the State Administration of Foreign Exchange at local level and the Ministry of Public Security to obtain remittance and travelling details of foreign individuals. Foreign individual's IIT registration and tax clearance for departure are specifically identified as new areas deserving special attention.

### **Conducting evaluation and inspection on high-income earners**

Based on the information collected from various sources, the local-level tax bureaus should be able to actively evaluate IIT compliance status of the high-income earners. Circular 54 urges them to strengthen the IIT administration for cases that may involve tax-avoidance, failure to report, and incorrect reporting. "Typical cases" may be publicized via media.

#### **Provision of better services to high-income earners**

Circular 54 also encourages the local-level tax bureaus to improve their services to high-income earners by arousing the awareness of their IIT obligations, promoting the IIT regulations and policies, and providing proper channels to facilitate their self-compliance.

### **Conclusions**

Although there is no publicly available information about the distribution of IIT collection among different income groups, the high-income earners could be the major contributors to the overall IIT collection. It is unquestionable that Circular 54 targets "high-income earners" as the focus of IIT administration.

Circular 54 does not specify who are high-income earners. However, reading between lines of Circular 54, the following individuals are regarded as high-income earners:

- Annual income exceeds RMB120,000;
- Deriving income through assets transfer;
- Receiving interest and dividend income;
- Earning independent service income; and
- Foreign individuals deriving China sourced income.

While these individuals are now subject to stricter IIT administration, Circular 54 puts more reliance on the withholding mechanism at the source of income. Doubtless, the payers of the income to the above individuals, in particular the employers, will be required to take up more obligations and burdens on the IIT administration.

Circular 54 urges the local-level tax bureaus to develop income bench-marking databases and improve the quality of information collection continuously. They will also leverage on various sources of information to evaluate the IIT compliance status of the high-income earners. Information sharing between the tax authorities and with other government authorities will be more efficient and transparent. It should enable them to identify suspicious non-compliance cases in a more efficient way than before. Specific IIT inspections on targeted high-income earners may be common in future.

In practice, since last year we have already seen those local-level tax bureaus in Beijing, Guangzhou and Shanghai and other cities taking actions to step up tax inspections on such high-income earners. The finance and HR departments of companies should be prepared for more tax inspections going forward. ■

*Para maiores informações sobre o conteúdo deste artigo, contatar Michela Chin, Sócia (partner) do China Desk e Gustavo Carmona Sanches, ITS Tax Manager, da PricewaterhouseCoopers nos respectivos endereços eletrônicos: [michela.chin@br.pwc.com](mailto:michela.chin@br.pwc.com) e [gustavo.carmona@br.pwc.com](mailto:gustavo.carmona@br.pwc.com)*



Sistema financeiro

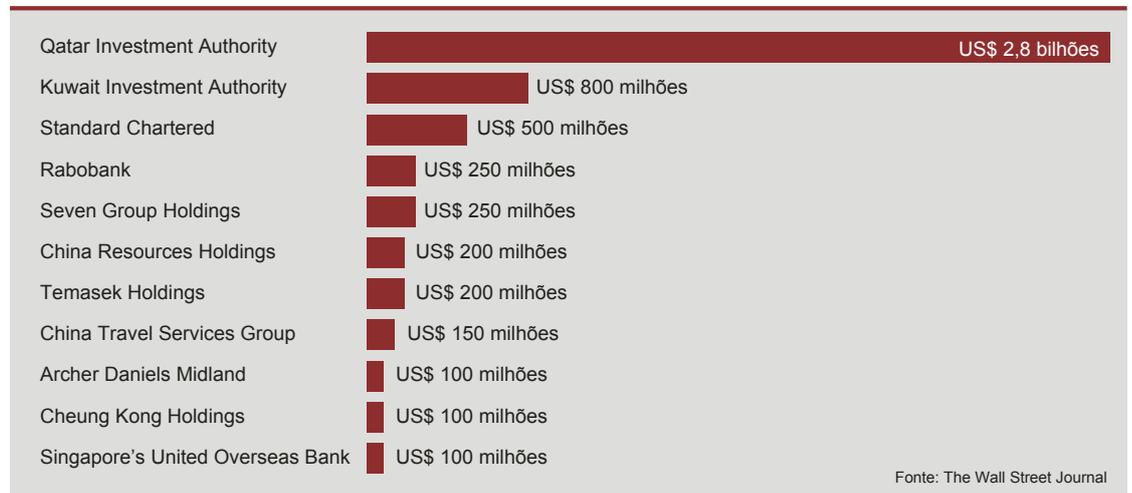
## Banco Agrícola da China atinge maior IPO chinês finalizando etapa da reforma do sistema bancário\*

[Leia mais](#)[Carta da China 22](#)[Leia mais](#)[Carta da China 48](#)

O Banco Agrícola da China (ABC, sigla em inglês) iniciou em julho sua oferta pública inicial de ações (IPO, sigla em inglês), arrecadando o valor total de US\$ 22,1 bilhões. Com esse resultado, o ABC ultrapassou a listagem de outro banco chinês, a do Banco da Indústria e Comércio da China (ICBC, sigla em inglês) - no valor de US\$ 21,9 bilhões - se tornando um dos maiores IPO do mundo. Além de chamar atenção por sua dimensão, a listagem pública de ações do ABC também corresponde a uma das etapas finais da reforma do sistema bancário chinês, iniciada após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001.

O ABC é o último dos grandes bancos chineses a listarem suas ações em mercados acionários, que tem como um de seus propósitos ajudar sua inserção no sistema financeiro mundial, trazendo uma postura corporativa mais transparente à instituição. Tal direcionamento tenta transformar os bancos chineses em instituições mais comerciais, objetivando a superação do histórico de manipulação política dos bancos chineses por parte do governo central. Porém, apesar de os bancos terem suas diretrizes cada vez menos ditadas pelo governo central, sua liberdade de ação ainda é questionada, principalmente após a utilização dos mesmos na implementação do Pacote de Estímulo em 2008. Na ocasião, o governo chinês, para implementar uma política monetária expansionista, incentivou os bancos a ampliar os empréstimos concedidos, sem grandes preocupações com retorno financeiro - um dos motivos de desconfiança do mercado em relação à listagem do ABC é a falta de clareza em relação à atual exposição dos bancos chineses aos créditos irrecuperáveis (*non-performing loans*, *NPLs*).

### Grandes Investidores do IPO do ABC



Além da falta de clareza em relação à saúde do sistema bancário chinês, analistas apontavam a instabilidade dos mercados, ainda sob efeito da crise financeira, e as particularidades do próprio ABC - dos grandes bancos chineses o que demorou mais tempo para se adequar ao processo de reforma e que, apesar de seu nome, apenas recentemente tem direcionado seus serviços à assistência do público rural - como fatores que dificultavam o IPO a alcançar sua meta inicial, de US\$ 23 bilhões. Até julho, 40% do total investido tinham origem em investidores estrangeiros, com destaque para o Fundo Soberano do Catar - US\$ 2,8 bilhões - e do Kuwait - US\$ 0,8 bilhão. Os demais nove investidores estrangeiros já possuíam investimentos ou planos de longo prazo na China, sugerindo que a captação externa foi mais influenciada por motivos políticos do que financeiros. É importante destacar que apesar da instabilidade dos mercados, a China tem conseguido dar prosseguimento à reforma de seu sistema bancário, que com o IPO do ABC finaliza parte da etapa de reestruturação de suas grandes instituições. ■



Energia

## China reforça busca por diversificação de sua matriz energética

[Leia mais](#)[Carta da China 51](#)

O governo chinês tem buscado cada vez mais incentivar a diversificação da geração de energia no país, de acordo com o compromisso assumido pelo governo em garantir um desenvolvimento sustentável da economia chinesa. Somente no ano passado, foram gastos US\$ 34,6 bilhões em investimentos em energias limpas, o que coloca a China como o país que mais investe neste mercado – sendo o maior produtor mundial de turbinas eólicas e painéis solares. Somente no primeiro trimestre de 2010, o país asiático investiu cerca de US\$ 18 bilhões em tecnologias de energia sustentável, além de estimular a produção e o consumo de “carros verdes” – híbridos ou elétricos – e estabelecer cooperação no setor com os Estados Unidos.

Dentre os investimentos anunciados neste ano, está o do China Huaneng Group, que acordou em comprar turbinas eólicas de produtores nacionais no valor de US\$ 1,2 bilhão. Ademais, a China's BYD Automobile Co. assinou acordo com a Daimler AG para formação de uma *joint-venture*, no valor de US\$ 88 milhões, direcionada ao desenvolvimento de automóveis elétricos na China. O país pretende ter, até 2012, 500.000 “veículos verdes” nas ruas.

No âmbito do estímulo ao consumo, o governo anunciou a oferta de subsídios para compra de carros híbridos, no valor de US\$ 7.300, e elétricos, no valor de US\$ 8.800. O programa, de natureza experimental, visa contornar o principal problema para aumento nas vendas de “carros verdes” – o alto preço – e será oferecido em cinco cidades: Xangai, Changchun, Shenzhen, Hangzhou e Hefei. Iniciativas semelhantes a essa já são adotadas nos Estados Unidos, Japão e em países da Europa, porém a questão se torna sensível na China devido a tensões causadas pela desigualdade social no país.

Já a cooperação de alto nível com os Estados Unidos resultou no fechamento de oito acordos de estímulo às energias limpas, incluindo: biocombustível de aviação, sistemas distribuídos de energia a base de gás natural, medidores inteligentes e etanol celulósico. Diversas empresas chinesas e norte-americanas estão envolvidas nestes acordos. A Applied Materials Inc e o China Energy Conservation and Environmental Protection Group (CECEP) assinaram um memorando de entendimento para exploração de projetos de aceleração do desenvolvimento da tecnologia solar fotovoltaica (PV, sigla em inglês). Ambos os países reforçaram a cooperação em aspectos de eficiência energética, incluindo edifícios, indústria e bens de consumo, no âmbito do Quadro de Cooperação sobre a Energia e Ambiente, que foi assinado entre a China e os Estados Unidos em 2008, e tem durabilidade de 10 anos.

A China, apontada em julho pela Agência Internacional de Energia (AIE) como o maior consumidor mundial de energia, tem se esforçado para mudar paulatinamente sua matriz energética. O país asiático contestou os números apresentados pelo relatório e afirmou que faltava à agência compreender os esforços desempenhados pela China para diminuir seu consumo de energia. Independente da credibilidade do relatório da AIE, com a previsão do ritmo de crescimento chinês para os próximos anos, é apenas uma questão de tempo até a China ultrapassar os Estados Unidos como maior consumidor de energia.

O que deve ser destacado são os esforços do governo chinês para reduzir sua intensidade energética e investir no desenvolvimento de fontes menos poluentes. Foram estabelecidas metas a serem alcançadas até 2020 no âmbito da reestruturação energética do país: 15% de sua energia deverá ser gerada a partir de combustíveis não-fósseis, além da redução de 20% entre 2005 e 2010 do consumo de energia por unidade gerada do Produto Interno Bruto (PIB). O país asiático ainda estima gastar cerca de US\$ 738 bilhões, ao longo da próxima década, no desenvolvimento de fontes de energia limpa. A população chinesa apresenta grande potencial de consumo de energia e as oportunidades no mercado de energia limpa tendem a crescer com tais estímulos, o que, além de ser favorável aos negócios, contribuirá para a segurança energética global. ■



Economia

## China supera Japão e passa a ser segunda economia do mundo em 2010

Segundo dados dos governos chinês e japonês liberados na última segunda [16 de agosto], o PIB nominal da China atingiu a marca de US\$1,33 trilhão no segundo trimestre de 2010, ultrapassando o PIB japonês, estimado em US\$1,28 trilhão. A economia japonesa cresceu apenas 0,4% de abril a junho, apresentando uma queda de 0,9% em relação aos trimestres anteriores. Embora o PIB nominal chinês já tivesse superado o japonês em outras duas ocasiões – no quarto trimestre de 2008 e 2009 -, acredita-se que mantendo o ritmo de crescimento, a China se consolidará em termos nominais como a segunda maior economia do mundo até o final de 2010, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Vale lembrar que, em termos de paridade de poder de compra, os chineses já haviam assumido essa posição.

O governo chinês celebrou a conquista, mas destacou que o país ainda tem muito a avançar em termos de renda *per capita*. Com uma população que ultrapassa 1,3 bilhão de habitantes, a China apresenta uma renda de aproximadamente US\$ 3.800 por pessoa, com 150 milhões de chineses vivendo abaixo da linha de pobreza. Certamente, esses indicadores representam grandes desafios a longo prazo para o país.

América Latina I

## China investe US\$ 10 bilhões no setor ferroviário argentino

Durante visita da presidente Cristina Kirchner à China, a Argentina garantiu US\$ 10 bilhões de financiamento chinês a dez projetos ferroviários no país por um prazo de dois a cinco anos. Os acordos envolvem a aquisição de tecnologia ferroviária da China, construção de linhas de trem, fornecimento de equipamentos e a exportação de capital chinês para a Argentina para compra de locomotivas. Dois grandes projetos foram negociados: a renovação das linhas de trem na capital argentina, no valor de US\$ 2,5 bilhões, e a construção de uma linha de alta velocidade conectando Buenos Aires a Mar Del Plata, no valor de US\$ 2,9 bilhões. A China é hoje considerada um importante referencial no setor ferroviário, devido ao grande desenvolvimento de seu próprio sistema nacional de linhas férreas. Por outro lado, a Argentina precisa restaurar sua obsoleta malha ferroviária – importante para o transporte de soja – e a concessão de crédito por parte da China é extremamente atrativa por apresentar baixos juros.

Na mesma ocasião, ambos os países assinaram uma série de acordos econômicos, incluindo um memorando de cooperação entre a empresa estatal argentina Enarsa, e as empresas chinesas China Petroleum & Chemical Corp (Sinopec) e Sinohydra, no setor de energia. O financiamento estabelecido entre os países foi a mais recente investida chinesa de entrada no continente sulamericano via acordos de energia e infraestrutura e contribui para o registro de mais de US\$ 50 bilhões de crédito fornecidos pela China para a região nos últimos 18 meses.

América Latina II

## China e Equador firmam parceria no setor energético

China e Equador assinaram acordo no início de junho para construção da maior hidroelétrica no país sul-americano, no valor de US\$ 1,7 bilhão – 85% do valor total do projeto –, a ser financiado pelo Eximbank China. A hidrelétrica Coca-Codo-Sinclair terá capacidade de 1,5 mil megawatts e permitirá ao país economizar cerca de US\$ 2,5 milhões diários – provenientes da importação de petróleo para termoeletricas e de energia da Colômbia e do Peru. As obras estão programadas para começar ainda neste mês. Na semana anterior, as chinesas China Railway Construction e Tongling Non-ferrous Metals Group adquiriram 97% da produtora de cobre Corrientes Resources por US\$ 630 milhões. O total de investimentos diretos chineses no exterior concentrados em petróleo e matérias primas aumentou



para US\$ 28,4 bilhões entre janeiro e maio deste ano, contra US\$ 5,8 bilhões no mesmo período do ano passado, revelando a intensificação da busca chinesa por recursos naturais necessários para a manutenção do crescimento de sua economia.

Investimento

### China e Austrália definem pacote de acordos no valor de US\$ 8,8 bilhões

O primeiro-ministro australiano, Kevin Rudd, e o vice-presidente chinês, Xi Jinping, assinaram em junho de 2010 dez acordos comerciais, nos setores de energia e recursos naturais, que totalizam aproximadamente US\$ 8,8 bilhões. O pacote inclui um empréstimo de US\$ 1,2 bilhão do China Development Bank para o desenvolvimento da infraestrutura de uma mina de ferro no oeste australiano e um contrato entre o China Gezhouba Group e o Fortescue Metals Group, também para o estímulo à mineração. Os acordos foram estabelecidos pouco tempo após o governo australiano revelar a proposta de fixar uma alíquota de 40% para o setor de mineração, medida rejeitada pelas grandes companhias de carvão e minério de ferro, preocupadas com o impacto da nova tarifa sobre os preços e com a capacidade de competição no mercado.

Leia mais

Carta da China 54

Leia mais

Carta da China 48  
Carta da China 50

Os chineses são atualmente os maiores parceiros comerciais da Austrália, tendo ultrapassado o Japão em 2009. O pacote comercial de junho reforça iniciativas chinesas anteriores de consolidação da presença em solo australiano, como o contrato firmado com a Resourcehouse Limited em fevereiro para o fornecimento de carvão para a China durante vinte anos – maior contrato de exportação já realizado na Austrália. Depois de um período turbulento no final de 2009, no qual as relações sino-australianas ficaram fragilizadas com o cancelamento da parceria de US\$19,5 bilhões entre a Rio Tinto e a Chinalco, os acordos são um importante sinal de que os investimentos chineses no setor de recursos continuarão fortes no país.

Protecionismo I

### CAMEX modifica novamente precificação da importação do glifosato chinês

A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) decidiu alterar a forma de aplicação do direito antidumping definitivo contra o glifosato chinês, em vigor desde fevereiro de 2009. A alíquota de 2,1% foi substituída pela aplicação de um antidumping específico no valor de US\$ 3,60 por quilo de cada operação de importação, sendo a sobretaxa limitada a US\$ 2,52. A decisão foi tomada após sucessivas reduções da alíquota *antidumping* referente às importações brasileiras de glifosato chinês. A medida resultará em uma tarifa real de 40,6% sobre as importações de glifosato e causou inquietação entre os agricultores brasileiros por aumentar o custo de produção de produtos como milho e soja. Em decorrência da resolução, o glifosato chinês deve perder sua alta competitividade no mercado brasileiro.

Leia mais

Carta da China 45

Protecionismo II

### Ministério do Comércio chinês aplica medidas *antidumping* a produtos de aço e ferro da União Europeia

O Ministério do Comércio chinês (Mofcom, sigla em inglês) impôs, em 28 de junho, medidas *antidumping* a produtos de aço e ferro provenientes da União Europeia. As taxas sobre os produtos podem variar entre 6,1% e 21%, durante um período de cinco anos. A medida estabelece uma alíquota definitiva que confirma a tendência apresentada pela aplicação das taxas preliminares de 16,8% a 24,6% implantadas em dezembro de 2009 pelo governo chinês. Essa iniciativa do maior produtor de aço do mundo ocorre justamente um mês após a Comissão Europeia questionar formalmente as práticas de *antidumping* chinesas na Organização Internacional do Trabalho (OIT). O governo chinês segue afirmando que as medidas estabelecidas servem apenas para proteger o mercado nacional de aço e ferro, debilitado pelo *dumping* dos produtos europeus.



Comércio Exterior

## China elimina desconto sobre impostos de exportação

O Ministério das Finanças chinês anunciou em 26 de junho a eliminação da restituição de impostos sobre 406 produtos exportados. A restituição dos impostos sobre valor agregado estava em vigor desde junho de 2009 com o intuito de estimular a produção frente à contração nas exportações causada pela diminuição da demanda global. O anúncio do governo chinês retira a restituição apenas de parte dos setores beneficiados, como as indústrias de fertilizantes, de medicamentos, de produtos plásticos, de borracha, de vidro, entre outros. O fim da restituição de impostos sobre valor agregado é destacado no caso da siderurgia, que sofreu a retirada de 9% dos descontos, levando assim a diminuição da produção e das margens de lucro. Especula-se que a decisão foi tomada em prol da consolidação do setor siderúrgico do país – o governo deseja reduzir a fragmentação e aumentar competitividade no mercado global - e para desencorajar a exportação de produtos que requerem o uso intenso de energia em sua produção.

[Leia mais](#)

[Carta da China 48](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 40](#)

### Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

### Editores

Lara Azevedo  
Mariana Mayo  
*Estagiárias:* Vanessa Sampaio e Ana Luiza Goulart

### Atendimento ao leitor

[cebc@cebc.org.br](mailto:cebc@cebc.org.br)

### Edições anteriores

Disponíveis para download em [www.cebc.org.br](http://www.cebc.org.br)

### Projeto gráfico

Presto Design